

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

MRV



Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 16 de dezembro de 2019

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20
NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2019.

A Administração da MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM nº 481/09"), relacionadas à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a se realizar no dia 16 de dezembro de 2019, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Professor Mário Werneck, 621, 10º andar, Bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30455-610 ("AGE"), nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal Estado de Minas e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19, 20 e 21 de novembro de 2019.

A ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária será a seguinte:

1. **Deliberar** sobre a eleição da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia para o cargo de Conselheira da Companhia, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2020;
2. **Deliberar** sobre a alteração do objeto social da Companhia para inclusão de: (i) administração de bens de terceiros; (ii) prestação de serviços de consultoria imobiliária; e (iii) intermediação de fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário residencial;
3. **Deliberar** sobre a criação do Comitê Jurídico;
4. **Deliberar** sobre a extinção do cargo de Diretor Executivo Jurídico;
5. **Deliberar** sobre a fusão do cargo de Diretor Executivo de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade;
6. **Deliberar** sobre a alteração das competências da Diretoria Executiva de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade;
7. **Deliberar** sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações dos itens acima; e
8. **Deliberar** sobre a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, omitindo-se os nomes dos acionistas.

Apresentaremos a seguir a proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGE.

SUMÁRIO

Proposta da Administração relacionada à AGE	4
ANEXO I – Cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas.....	8
ANEXO II – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência	38

Proposta da Administração relacionada à AGE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20

NIRE 31.300.023.907

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia” ou “MRV”), sociedade por ações, com sede na Avenida Professor Mário Werneck, 621, Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.343.492/0001-20, encaminha a presente proposta relacionada à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 16 de dezembro de 2019.

Considerando os artigos 10 e 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Administração da MRV apresenta suas recomendações, referentes às seguintes matérias incluídas na ordem do dia:

1. Deliberar sobre a eleição da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia para o cargo de Conselheira da Companhia, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2020.

Dando sequência à reformulação da estrutura organizacional da Companhia, a Administração propõe a eleição da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia para o cargo de Conselheira, em substituição ao Sr. Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza que renunciou ao cargo nesta data. O novo mandato vigorará até a data da assembleia que deliberar sobre as contas do exercício encerrado em 31/12/2020.

A substituição proposta decorre dos estudos realizados pelo Comitê de Pessoas, e aprovados pelo Conselho de Administração, e a escolha da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia decorre da sua sólida preparação e ampla experiência em fomentar a estratégia da Companhia.

Maria Fernanda é graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos em 2001 e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela FGV em 2003. É membro efetivo da Comissão de Advocacia Corporativa da OAB/MG. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1997, na condição de estagiária de Departamento de Cobrança. Durante este período ocupou os cargos de estagiária de Departamento Jurídico, Assistente Jurídico, Coordenadora de Departamento Jurídico, Superintendente Jurídico e Gestora Executiva Jurídica.

Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva Jurídica da Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2010, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Votação Majoritária

Como regra, a eleição dos membros do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular.

Tendo em vista que o artigo 129 da Lei 6.404/76 prevê que as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, desconsiderados os votos em branco, a eleição dos membros do Conselho de Administração dependerá do voto favorável de mais da metade dos votos válidos dos presentes proferidos em tal eleição.

2. Deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia para inclusão de: (i) administração de bens de terceiros; (ii) prestação de serviços de consultoria imobiliária; e (iii) intermediação de fornecimento de bens e serviços.

A Administração propõe a inclusão das seguintes atividades complementares ao objeto social da Companhia: (i) administração de bens de terceiros; (ii) prestação de serviços de consultoria imobiliária; e (iii) intermediação do fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário residencial.

Considerando que tais inclusões são complementares ao objeto social já desenvolvido pela Companhia, sem qualquer mudança de risco empresarial para os acionistas, não há direito de recesso para os acionistas dissidentes, conforme Parecer CVM/SJU/10, de 24 de janeiro de 1983, e as decisões do Colegiado da CVM no âmbito dos Processos CVM nº RJ-2015-3074 e nº SEI 19957.000175/2018-83, julgados em 13 de outubro de 2015 e 27 de março de 2018, respectivamente.

O Estatuto Social contendo as alterações propostas e respectivas justificativas constitui o ANEXO I da presente Proposta.

3. Deliberar sobre a criação do Comitê Jurídico.

Em linha com a nova estrutura organizacional da Companhia, a Administração propõe a criação de um Comitê Jurídico, a fim de assessorar o Conselho de Administração da Companhia. Dessa forma, o Conselho de Administração poderá contar com uma estrutura de apoio e assessoramento jurídico capaz de auxiliar a definição das estratégias e ações a serem desenvolvidas pela Companhia.

4. Deliberar sobre a extinção do cargo de Diretor Executivo Jurídico.

Em linha com a nova estrutura organizacional da Companhia, a Administração propõe a extinção do cargo de Diretor Executivo Jurídico.

5. Deliberar sobre a fusão do cargo de Diretor Executivo de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Dando sequência à reformulação da estrutura organizacional da Companhia, a Administração propõe a fusão do cargo de Diretor Executivo de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade, o qual passará a ser designado como Diretor Executivo de Financiamento à Construção, Relações Institucionais e Sustentabilidade. Dessa forma, tendo em vista a correlação dos cargos, as atribuições serão cumuladas em 1 (um) cargo a fim de contribuir para o desenvolvimento das diretrizes e estratégias da Companhia.

6. Deliberar sobre a alteração das competências da Diretoria Executiva de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade;

A Administração propõe ainda a atualização e complementação das competências da Diretoria Executiva de Financiamento à Construção e Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade

para incluir as seguintes atribuições:

- (i) Definir diretrizes e garantir a segurança corporativa;
- (ii) Definir diretrizes e garantir a saúde e a segurança do trabalho;
- (iii) Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras.

7. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações dos itens acima, conforme ANEXO I;

Como consequência das mudanças propostas nos itens 2 a 6 acima, propõe-se a alteração do Estatuto Social, a fim de ajustá-lo à nova estrutura, contemplando, assim, todos os Comitês Estatutários e a nova estrutura da Diretoria Executiva, conforme destacado no ANEXO I da presente Proposta.

8. Aprovar a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da lei 6.404/76, omitindo-se os nomes dos acionistas.

CONCLUSÕES

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos em AGE, recomendando sua integral aprovação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(a) Os documentos previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à CVM na presente data, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), nos termos do artigo 6º de referida Instrução, e encontram-se à disposição dos senhores no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.mrv.com.br>), nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br);

(b) Nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição financeira depositária, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, até 48 horas antes da AGE;

(c) Adicionalmente, os documentos podem ser consultados e examinados na sede social da Companhia, devendo os acionistas interessados agendar data e horário de visita com o departamento de Relações com Investidores;

(d) **Voto à Distância:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a ICVM 481. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e Manual para Participação. Nos termos do artigo 21-B, parágrafo 2º, da ICVM 481, a Companhia informa que estenderá o prazo para

os acionistas que optarem por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia para até 5 (cinco) dias antes da realização da AGE.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO I – Cópia do Estatuto Social contendo, em destaque,
as alterações propostas.**

ALTERAÇÕES AO ESTATUTO SOCIAL

(com base nas informações exigidas pelo artigo 11 da ICVM 481)

Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos:

Primeira Alteração: Atualização do *caput* do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma:

Redação Atual	Redação Proposta
Artigo 3º A Companhia tem por objeto (i) a administração de bens próprios; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista	Artigo 3º A Companhia tem por objeto (i) a administração de bens próprios <u>e de terceiros</u> ; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos e (iv); <u>(iv) a prestação de serviços de consultoria imobiliária; (v) intermediação do fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário residencial; e (vi)</u> a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.
Justificativa	
<p>Propõe-se a atualização do <i>caput</i> do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social da Companhia, atividades de administração de bens de terceiros e serviços correlatos à incorporação, construção e comercialização, inclusive consultoria imobiliária, bem como a intermediação do fornecimento de bens e serviços aos participantes do segmento imobiliário residencial no objeto social da Companhia. Tal inclusão é complementar e busca adequar a redação do objeto social às atividades da Companhia.</p> <p>Considerando que o ciclo de negócios da Luggo consiste na incorporação e construção de empreendimentos para a locação residencial com posterior venda dos ativos para Fundos de Investimento Imobiliário, a Companhia informa que, finalizando o primeiro ciclo do negócio, foram celebrados nesta data os Contratos de Compra e Venda de Quotas das sociedades controladas responsáveis pelos 4 (quatro) empreendimentos Luggo já lançados (Luggo Cipreste; Luggo Cenarium; Luggo EcoVille e Luggo Lindóia) ao LUGGO FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII, administrado por INTER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25/10/2019.</p> <p>Em linha com a pretensão de que a Luggo desenvolva atividades de administração da locação e consultoria imobiliária aos fundos, a Companhia tem a intenção de formalizar a complementação de suas atividades, propondo à assembleia de acionistas a inclusão</p>	

das seguintes atividades em seu objeto social: administração de bens de terceiros e prestação de serviços de consultoria imobiliária.

Adicionalmente, em linha com os objetivos estratégicos da Companhia de crescimento com diversificação e criação de relacionamento de longo prazo com seus clientes, a Companhia tem a intenção de formalizar a complementação de suas atividades para incluir a intermediação do fornecimento de bens e serviços aos seus clientes e demais participantes do segmento imobiliário residencial, algo que a Companhia já deu início por meio do aplicativo “Meu MRV” e da plataforma “Mão na Roda MRV” e um grande potencial disruptivo e de geração de valor.

É importante salientar que a Companhia é líder entre as construtoras em redes sociais e canais de relacionamento com clientes e, portanto, há uma aptidão natural para o estabelecimento de uma estratégia de *cross-selling* de produtos e serviços diretamente relacionados aos empreendimentos residenciais. Desse modo, além de fornecer a residência, a Companhia irá disponibilizar tais produtos e serviços complementares, estabelecendo um relacionamento de longo prazo com seus clientes e criando novas oportunidades de geração de valor para a Companhia.

Considerando que a inclusão, no objeto social da Companhia, das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima são complementares às atividades já desenvolvidas pela Companhia, sem qualquer mudança de risco empresarial para os seus acionistas, não haverá direito de recesso para os acionistas dissidentes.

Segunda Alteração: Alteração do parágrafo 1º do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma:

Redação Atual	Redação Proposta
<p>Artigo 23 O Conselho de Administração contará com os seguintes comitês para assessoramento:</p> <p>(a) Comitê de Governança e Compliance;</p> <p>(b) Comitê de Pessoas;</p> <p>(c) Comitê de Operações;</p> <p>(d) Comitê de Auditoria;</p> <p>(e) Comitê de Inovação.</p> <p>Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração deverá presidir as atividades dos seguintes Comitês Executivos:</p> <p>(a) Comitê de Governança e Compliance;</p> <p>(b) Comitê de Pessoas;</p> <p>(c) Comitê de Operações;</p> <p>(d) Comitê de Inovação.</p>	<p>Artigo 23 O Conselho de Administração contará com os seguintes comitês para assessoramento:</p> <p>(a) Comitê de Governança e Compliance;</p> <p>(b) Comitê de Pessoas;</p> <p>(c) Comitê de Operações;</p> <p>(d) Comitê de Auditoria;</p> <p>(e) Comitê de Inovação-; <u>e</u></p> <p><u>(f) Comitê Jurídico.</u></p> <p>Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração deverá presidir as atividades dos seguintes Comitês Executivos:</p> <p>(a) Comitê de Governança e Compliance;</p> <p>(b) Comitê de Pessoas;</p> <p>(c) Comitê de Operações;</p> <p>(d) Comitê de Inovação-; <u>e</u></p> <p><u>(e) Comitê Jurídico.</u></p>

Justificativa	
Propõe-se a alteração do parágrafo 1º do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia para suporte e assessoramento jurídico ao Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a nova estrutura organizacional da Companhia.	

Terceira Alteração: Alteração dos parágrafos 1º ao 10º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma:

Redação Atual	Redação Proposta
<p>Artigo 24 A Diretoria Executiva será composta por até 10 (dez) Diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo designados dois Diretores Presidentes, um Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, um Diretor Executivo Jurídico, um Diretor Executivo de Comercial e Crédito, um Diretor Executivo de Produção, um Diretor Executivo de Financiamento à Construção, um Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, um Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano e um Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade.</p> <p>Parágrafo 1º Compete aos Diretores Presidentes em conjunto:</p> <p>(i) formular as estratégias, diretrizes operacionais e metas da Companhia, de curto prazo, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;</p> <p>(ii) definir os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimento de curto prazo e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, submetendo-os à aprovação do Presidente do Conselho de Administração;</p> <p>(iii) definir a estratégia de curto prazo e metas;</p> <p>(iv) definir as estratégias comerciais e de marketing, responder pelo desenvolvimento e implementação de</p>	<p>Artigo 24 <u>A</u> Diretoria Executiva será composta por até 10 (dez) <u>8 (oito)</u> Diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo designados dois Diretores Presidentes, um Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, um Diretor Executivo Jurídico, um Diretor Executivo de Comercial e Crédito, um Diretor Executivo de Produção, um Diretor Executivo de Financiamento à Construção, um Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, um Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano e um Diretor Executivo de <u>Financiamento à Construção,</u> Relações Institucionais e Sustentabilidade.</p> <p>Parágrafo 1º Compete aos Diretores Presidentes em conjunto:</p> <p>(i) formular as estratégias, diretrizes operacionais e metas da Companhia, de curto prazo, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;</p> <p>(ii) definir os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimento de curto prazo e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, submetendo-os à aprovação do Presidente do Conselho de Administração;</p> <p>(iii) definir a estratégia de curto prazo e metas;</p>

ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;

(v) definir as estratégias e pesquisas do Hub MRV de Inovação e de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as áreas corporativas de suprimentos, segurança, engenharia e assistência técnica dos imóveis;

(vi) definir estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras, garantir a qualidade da carteira de clientes e viabilizar o financiamento dos clientes;

(vii) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

(viii) organizar, fiscalizar e supervisionar, de acordo com a orientação do Conselho de Administração, a execução das atividades na Companhia.

Parágrafo 2º Compete ao **Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

(i) definir as estratégias financeiras da empresa, em linha com os planos de negócios vigentes;

(ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores;

(iii) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil, instituições financeiras e demais órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais;

(iv) definir as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos e, em conjunto com a Diretoria

(iv) definir as estratégias comerciais e de marketing, responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;

(v) definir as estratégias e pesquisas do Hub MRV de Inovação e de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as áreas corporativas de suprimentos, segurança, engenharia e assistência técnica dos imóveis;

(vi) definir estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras, garantir a qualidade da carteira de clientes e viabilizar o financiamento dos clientes;

(vii) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

(viii) organizar, fiscalizar e supervisionar, de acordo com a orientação do Conselho de Administração, a execução das atividades na Companhia.

Parágrafo 2º Compete ao **Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

(i) definir as estratégias financeiras da empresa, em linha com os planos de negócios vigentes;

(ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores;

(iii) representar a Companhia perante a ~~Comissão de Valores Mobiliários~~ **CVM**, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil,

<p>Executiva de Financiamento à Construção, definir estratégias e ações para a captação de recursos junto às instituições financeiras;</p> <p>(v) definir as ações e estratégias para o atendimento dos interesses dos investidores.</p> <p>Parágrafo 3º Compete ao Diretor Executivo Jurídico, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) responsabilizar-se por todas as questões legais que envolvam a Companhia, atualizando as questões legislativas a ela pertinentes;</p> <p>Parágrafo 4º Compete ao Diretor Executivo de Comercial e Crédito, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias comerciais;</p> <p>(ii) responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;</p> <p>(iii) garantir a qualidade da carteira de clientes e</p> <p>(iv) viabilizar o financiamento dos clientes.</p> <p>Parágrafo 5º Compete ao Diretor Executivo de Produção, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias e pesquisas de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as áreas corporativas de suprimentos, segurança, engenharia e assistência técnica dos imóveis.</p> <p>Parágrafo 6º Compete ao Diretor Executivo de Financiamento à Construção, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p>	<p>instituições financeiras e demais órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais;</p> <p>(iv) definir as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos e, em conjunto com a Diretoria Executiva de Financiamento à Construção, <u>Relações Institucionais e Sustentabilidade</u>;</p> <p><u>(v)</u> (iv) definir estratégias e ações para a captação de recursos junto às instituições financeiras;</p> <p><u>(vi)</u> (v) definir as ações e estratégias para o atendimento dos interesses dos investidores.</p> <p>Parágrafo 3º Compete ao Diretor Executivo Jurídico, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) responsabilizar-se por todas as questões legais que envolvam a Companhia, atualizando as questões legislativas a ela pertinentes;</p> <p>Parágrafo 4º <u>Parágrafo 3º</u> Compete ao Diretor Executivo de Comercial e Crédito, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias comerciais;</p> <p>(ii) responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;</p> <p>(iii) garantir a qualidade da carteira de clientes e;</p> <p>(iv) viabilizar o financiamento dos clientes.</p> <p>Parágrafo 5º <u>Parágrafo 4º</u> Compete ao Diretor Executivo de Produção, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias e pesquisas de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as</p>
--	--

<p>(i) definir, em conjunto com a Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras;</p> <p>(ii) Definir, em conjunto com o Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade, as estratégias de relações com instituições financeiras;</p> <p>Parágrafo 7º Compete ao Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 8º Compete ao Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir as estratégias administrativas, de desenvolvimento humano, de relacionamento com clientes e de Tecnologia da Informação da Companhia, em linha com os planos de negócios vigentes, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 9º Compete ao Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) Definir as estratégias de representação institucional da Companhia;</p> <p>(ii) Garantir um diálogo ativo e transparente com a comunidade e com o poder público;</p>	<p>áreas corporativas de suprimentos, segurança, engenharia e assistência técnica dos imóveis.</p> <p>Parágrafo 6º Compete ao Diretor Executivo de Financiamento à Construção, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) definir, em conjunto com a Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras;</p> <p>(ii) Definir, em conjunto com o Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade, as estratégias de relações com instituições financeiras;</p> <p>Parágrafo 7º <u>Parágrafo 5º</u> Compete ao Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p><u>(i)</u> (i) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 8º <u>6º</u> Compete ao Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p><u>(i)</u> (i) definir as estratégias administrativas, de desenvolvimento humano, de relacionamento com clientes e de Tecnologia da Informação da Companhia, em linha com os planos de negócios vigentes, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 9º <u>7º</u> Compete ao Diretor Executivo de <u>Financiamento à Construção</u>, Relações Institucionais e</p>
--	---

<p>(iii) Definir, em conjunto com o Diretor Executivo de Financiamento à Construção, as estratégias de relações institucionais com as instituições financeiras;</p> <p>(iv) Definir as estratégias de comunicação e direcionar as atividades de interlocução com a mídia;</p> <p>(v) Articular as relações da Companhia com as instituições que colaboram para a consecução do objeto social;</p> <p>(vi) Acompanhar os trabalhos da Auditoria Interna e os procedimentos e investigações deles decorrentes;</p> <p>(vii) Acompanhar os trabalhos da área de <i>Compliance</i>, em conjunto com a <i>Compliance Officer</i>, e apoiar os procedimentos e investigações deles decorrentes;</p> <p>(viii) Garantir o cumprimento das Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável da Companhia;</p> <p>Parágrafo 10º A critério da Diretoria Executiva, poderão ser criadas Comissões de Assessoramento ao órgão, com o objetivo de auxiliar e orientar a tomada de decisões, cujos membros serão eleitos e destituídos pela Diretoria Executiva.</p>	<p>Sustentabilidade, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:</p> <p>(i) Definir as estratégias de representação institucional da Companhia;</p> <p>(ii) Ggarantir um diálogo ativo e transparente com a comunidade e com o poder público;</p> <p>(iii) Definir, em conjunto com o Diretor Executivo de Financiamento à Construção, <u>definir</u> as estratégias de relações institucionais com as instituições financeiras;</p> <p>(iv) Ddefinir as estratégias de comunicação e direcionar as atividades de interlocução com a mídia;</p> <p>(v) Aarticular as relações da Companhia com as instituições que colaboram para a consecução do objeto social;</p> <p>(vi) Aacompanhar os trabalhos da Auditoria Interna e os procedimentos e investigações deles decorrentes;</p> <p>(vii) Aacompanhar os trabalhos da área de <i>Compliance</i>, em conjunto com a <i>Compliance Officer</i>, e apoiar os procedimentos e investigações deles decorrentes;</p> <p><u>(viii) Definir diretrizes e garantir a segurança corporativa;</u></p> <p><u>(ix) Definir diretrizes e garantir a saúde e a segurança do trabalho;</u></p> <p><u>(x) (viii)Garantir — garantir o</u> cumprimento das Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável da Companhia;</p> <p><u>(xi) definir, em conjunto com a Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos</u></p>
---	---

	<p><u>junto às instituições financeiras.</u></p> <p>Parágrafo 10º 8º A critério da Diretoria Executiva, poderão ser criadas Comissões de Assessoramento ao órgão, com o objetivo de auxiliar e orientar a tomada de decisões, cujos membros serão eleitos e destituídos pela Diretoria Executiva.</p>
Justificativa	
<p>Propõe-se a alteração dos parágrafos 1º ao 10º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia para conferir maior flexibilidade à condução dos trabalhos da Companhia, adequando a estrutura da Diretoria Executiva à estrutura enxuta e ágil que vem sendo implementada, capaz de expandir o crescimento sustentável com a devida agilidade, eficiência e robustez, aprofundando a sinergia entre áreas afins.</p>	

ESTATUTO SOCIAL
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20

NIRE 31.300.023.907

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º A MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a “Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo 1º Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão – (“B3”), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal instalado, sujeitam-se também às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo 2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro jurídico em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Professor Mário Werneck, 621, 1º andar, Estoril, CEP: 30455-610, podendo, a critério da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º A Companhia tem por objeto (i) a administração de bens próprios e de terceiros; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos; (iv) a prestação de serviços de consultoria imobiliária; (v) a intermediação do fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário residencial; e (vi) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social

Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito, integralizado, é de R\$ 4.282.130.219,87 (Quatro bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões, cento e trinta mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e sete centavos), representado por 444.139.684 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 4º Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 5º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 6º Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Artigo 6º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 7.000.000.00,00 (sete bilhões de reais), incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária, sem guardar proporção entre as ações já existentes.

Parágrafo 1º O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do

Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, observado o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins do artigo 76 da Lei das Sociedades por Ações, bônus de subscrição poderão ser emitidos por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, transferência ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único Estão autorizadas movimentações de ações da Companhia durante vigência de programas de recompra aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores, empregados e colaboradores, nos limites do capital autorizado, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades Controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

GERAIS

Artigo 9º A Assembleia Geral, que é órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Único As Assembleias Gerais serão convocadas na forma da Lei das Sociedades por Ações ou outras disposições legais. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice- Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 10 Para participar da Assembleia Geral, presencialmente, o acionista deverá depositar na Companhia, na data da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Primeiro O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo Segundo Além do disposto no Artigo 10 e no parágrafo 1º deste artigo, o acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 11 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais

previstas em lei e no artigo 43 deste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Seção I Disposições

Gerais

Artigo 12 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Diretoria Executiva não poderão ser ocupados pela mesma pessoa.

Artigo 13 A posse dos administradores é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 14 A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 15 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão a duração de 2 (dois) anos, contados da data de eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Independentes, ou o equivalente a 20% dos seus membros, o que for maior, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger. Para caracterização de Conselheiro Independente, será adotada a definição constante do regulamento do segmento Novo Mercado da B3, no qual a Companhia é inscrita.

Parágrafo 2º Quando a aplicação do percentual definido acima resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo 3º Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 4º Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa da maioria de seus membros, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

Parágrafo 5º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

Artigo 16 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento

temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 17 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

Parágrafo 1º Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 2º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 2º No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 2 (dois) outros membros.

Parágrafo 3º No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de

Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 4º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

Artigo 19 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 20 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que

contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 21 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;
- (b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos;
- (c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;
- (d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;
- (e) convocação da Assembleia de Acionistas quando julgar conveniente;
- (f) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das Demonstrações Financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;
- (g) aprovar a prestação, pela Companhia, de quaisquer garantias reais e/ou fidejussórias, cujo valor exceda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- (h) aprovação de transações com partes relacionadas que superem o menor dos seguintes valores: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia;
- (i) aquisição e/ou alienação de participação em capital social superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas Controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia;
- (j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia,

cujo valor exceda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

(k) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

(l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

(m) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários e realizar auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;

(n) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como o prazo e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

(o) aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(p) aprovação da contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(q) emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(r) emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(s) declarar e distribuir dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

(t) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio

fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(u) definição da lista tríple de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Artigo 22 Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais e, ainda, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aprovação das estratégias de longo prazo e as diretrizes gerais da Companhia;
- (b) aprovação das estratégias de curto prazo e metas definidas pelos Presidentes;
- (c) aprovação da estrutura de dívida e política fiscal definida pelos Presidentes da;
- (d) atividades a serem desenvolvidas pelos Comitês Executivos conforme definido neste Estatuto.

Artigo 23 O Conselho de Administração contará com os seguintes comitês para assessoramento:

- (f) Comitê de Governança e Compliance;
- (g) Comitê de Pessoas;
- (h) Comitê de Operações;
- (i) Comitê de Auditoria;
- (j) Comitê de Inovação; e
- (k) Comitê Jurídico.

Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração deverá presidir as atividades dos seguintes Comitês Executivos:

- (a) Comitê de Governança e Compliance;
- (b) Comitê de Pessoas;
- (c) Comitê de Operações;
- (d) Comitê de Inovação; e

(e) Comitê Jurídico.

Parágrafo 2º Os Comitês Executivos funcionarão de acordo com as necessidades da Companhia e com seus respectivos regimentos internos e terão funções e objetivos definidos pelo Presidente do Conselho de Administração a quem compete, ainda, o direito de veto.

Parágrafo 3º O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, de acordo com o interesse da Companhia e necessidade dos negócios.

Parágrafo 4º Os membros dos Comitês Estatutários serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo obrigatória a participação de um dos Presidentes em todos os Comitês Estatutários, exceto o Comitê de Auditoria.

Seção III

Diretoria Executiva

Artigo 24 A Diretoria Executiva será composta por até 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo designados dois Diretores Presidentes, um Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, um Diretor Executivo de Comercial e Crédito, um Diretor Executivo de Produção, um Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, um Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano e um Diretor Executivo de Financiamento à Construção, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Parágrafo 1º Compete aos **Diretores Presidentes** em conjunto:

(ix) formular as estratégias, diretrizes operacionais e metas da Companhia, de curto prazo, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

(x) definir os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimento de curto prazo e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, submetendo-os à aprovação do Presidente do Conselho de Administração;

(xi) definir a estratégia de curto prazo e metas;

(xii) definir as estratégias comerciais e de marketing, responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;

(xiii) definir as estratégias e pesquisas do *Hub* MRV de Inovação e de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as áreas corporativas de suprimentos, segurança, engenharia e assistência técnica dos imóveis;

(xiv) definir estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras, garantir a qualidade da carteira de clientes e viabilizar o financiamento dos clientes;

(xv) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

(xvi) organizar, fiscalizar e supervisionar, de acordo com a orientação do Conselho de Administração, a execução das atividades na Companhia.

Parágrafo 2º Compete ao **Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

(ix) definir as estratégias financeiras da empresa, em linha com os planos de negócios vigentes;

(x) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores;

(xi) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil, instituições financeiras e demais órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais;

(xii) definir as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos e, em conjunto com a Diretoria Executiva de Financiamento à Construção, Relações Institucionais e Sustentabilidade, definir estratégias e ações para a captação de recursos junto às instituições financeiras;

(xiii) definir as ações e estratégias para o atendimento dos interesses dos investidores.

Parágrafo 3º Compete ao **Diretor Executivo de Comercial e Crédito**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) definir as estratégias comerciais;
- (ii) responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio;
- (iii) garantir a qualidade da carteira de clientes e
- (iv) viabilizar o financiamento dos clientes.

Parágrafo 4º Compete ao **Diretor Executivo de Produção**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) definir as estratégias e pesquisas de tecnologia para as divisões de negócios de Construção, bem como para as áreas corporativas de suprimentos, engenharia e assistência técnica dos imóveis.
- (i) definir as estratégias de relações com instituições financeiras;

Parágrafo 5º Compete ao **Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 6º Compete ao **Diretor Executivo de Administração e Desenvolvimento Humano**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) definir as estratégias administrativas, de desenvolvimento humano, de relacionamento com clientes e de Tecnologia da Informação da Companhia, em linha com os planos de negócios vigentes, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração.

Parágrafo 7º Compete ao **Diretor Executivo de Financiamento à Construção, Relações Institucionais e Sustentabilidade**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) definir as estratégias de representação institucional da Companhia;
- (ii) garantir um diálogo ativo e transparente com a comunidade e com o poder

público;

(iii) definir as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras;

(iv) definir as estratégias de comunicação e direcionar as atividades de interlocução com a mídia;

(v) articular as relações da Companhia com as instituições que colaboram para a consecução do objeto social;

(vi) acompanhar os trabalhos da Auditoria Interna e os procedimentos e investigações deles decorrentes;

(vii) acompanhar os trabalhos da área de *Compliance*, em conjunto com a *Compliance Officer*, e apoiar os procedimentos e investigações deles decorrentes;

(viii) definir diretrizes e garantir a segurança corporativa;

(ix) definir diretrizes e garantir a saúde e a segurança do trabalho;

(x) garantir o cumprimento das Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável da Companhia;

(xi) definir, em conjunto com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, as estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras.

Parágrafo 8º A critério da Diretoria Executiva, poderão ser criadas Comissões de Assessoramento ao órgão, com o objetivo de auxiliar e orientar a tomada de decisões, cujos membros serão eleitos e destituídos pela Diretoria Executiva.

Artigo 25 O prazo de gestão dos diretores será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo 1º Os diretores deverão ser escolhidos de acordo com critérios exclusivamente profissionais, levando-se em conta a sua notória experiência e especialização, a fim de que possam cumprir suas atribuições dentro das exigências de mercado e das melhores práticas.

Parágrafo 2º Os diretores poderão ser eleitos para ocupar mais de um cargo de Diretor Executivo, sendo permitida a cumulação das funções.

Parágrafo 3º É vedada a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente pela mesma pessoa, salvo em caso de vacância, hipótese na qual a acumulação deverá cessar no prazo máximo de 1 (um) ano,

observado o procedimento previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 26 A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelos Diretores Presidentes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por maioria dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer dos Diretores Presidentes, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelos Diretores Presidentes.

Parágrafo 2º Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar em até 30 (trinta) dias depois de constatada a vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º Além dos casos de renúncia, morte, interdição ou impedimento, considerar-se-á vago o cargo do diretor que deixar de exercer suas funções pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem autorização do Conselho de Administração ou sem estar licenciado.

Parágrafo 4º As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 5º Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem

eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 27 As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 26, parágrafo 1º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá aos Diretores Presidentes o voto de qualidade e, na hipótese de divergência entre eles, ao Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 28 Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º Compete ainda à Diretoria, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social:

- (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (c) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionados ao ingresso em novos negócios;
- (d) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (e) elaborar e propor ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia, os planos, programas e orçamentos de investimento e operacional,

semestrais, anuais e plurianuais;

(f) aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos,

(g) adquirir, alienar e onerar bens móveis, imóveis ou outros ativos, ressalvadas as hipóteses que dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração;

(h) emitir, endossar, caucionar, descontar, securitizar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, ressalvadas as hipóteses que dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração;

(i) aprovar os investimentos, endividamentos ou despesas, que não sejam de competência privativa do Conselho de Administração;

(j) aprovar a prestação, pela Companhia, de quaisquer garantias reais e/ou fidejussórias em favor de controladas ou coligadas da Companhia, exclusivamente em negócios relacionados ao objeto social da Companhia;

(k) aprovar realização de transações com partes relacionadas inferiores ao menor dos seguintes valores: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia;

(l) elaborar e apresentar, em cada exercício, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Econômico-Financeiras da Companhia e propor a destinação dos resultados do exercício;

(m) autorizar a criação e a extinção de filiais, estabelecimentos, depósitos e escritórios que a Companhia mantenha no território nacional ou fora dele;

(n) conceder licenças aos diretores executivos e designar o diretor que assumirá as respectivas atribuições durante o período de ausência;

(o) decidir sobre todas as questões da alçada dos diretores, enquanto o cargo estiver em vacância, e sobre todas as demais, que não puderem ser resolvidas pelos respectivos diretores e que não constituam matérias de competência exclusiva do Conselho de Administração ou da Assembleia-Geral; e

(p) submeter à apreciação do Conselho de Administração o Programa de Outorga

de Opções de Compra de Ações, respeitando o montante global anual de opções já aprovado em Assembleia Geral para o exercício.

Parágrafo 2º O uso da denominação social é privativo dos diretores de acordo com a competência de cada um e nos limites e condições fixados neste Estatuto Social, não produzindo nenhum efeito em desfavor da Companhia, inclusive perante terceiros, os atos que forem praticados sem observância deste preceito, exceto aqueles ratificados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º As declarações públicas ou privadas prestadas por diretores ou quaisquer pessoas em nome da Companhia, que não tenham sido expressamente autorizadas pelos Diretores Presidentes, e que possam resultar em prejuízo ou responsabilidade para a Companhia, não produzirão efeito em relação a esta e serão exclusivamente assumidas pelo respectivo declarante.

Parágrafo 4º Compete aos Diretores Presidentes executarem as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; submeterem ao Conselho de Administração os nomes dos diretores que comporão a Diretoria Executiva; submeterem ao Conselho de Administração proposta de destituição de diretores e o encaminhamento dos respectivos sucessores; presidirem e convocarem as reuniões da Diretoria Executiva e coordenarem o processo de tomada de decisão; representarem ativa e passivamente a Companhia, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes; designarem as pessoas que poderão representar institucionalmente a Companhia em eventos e solenidades públicas e aquelas que poderão prestar declarações em nome da Companhia perante terceiros e os meios de comunicação, quando não puderem fazê-los direta e pessoalmente; representarem a Diretoria Executiva perante o Conselho de Administração e a Assembleia-geral; manterem o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia e das ações dos diretores executivos; coordenarem, perante os demais diretores executivos, a elaboração do Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Econômico-Financeiras a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Parágrafo 5º No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores Presidentes da Companhia, suas funções devem ser exercidas pelo outro Diretor Presidente (ii) pelo Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores em conjunto com um dos Diretores Executivos. No caso de ausência ou impedimento

temporário de ambos os Diretores Presidentes da Companhia, suas funções devem ser exercidas pelo Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores em conjunto com um dos Diretores Executivos.

Artigo 29 Salvo conforme disposto no Parágrafo 2º abaixo, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida:

- (a) individualmente por qualquer um dos Diretores Presidentes, ou
- (b) por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou
- (c) um Diretor Executivo em conjunto com um procurador com poderes específicos, ou
- (d) 2(dois) procuradores com tais poderes.

Parágrafo 1º As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente por qualquer um dos Diretores Presidentes, ou por 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicia et extra* que a Diretoria venha a autorizar em cada caso.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no *caput*, a Companhia pode ser representada por 01 (um) Diretor Executivo ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do Parágrafo supra, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- (a) em assuntos de rotina, definidos como aqueles cujo valor não exceda a quantia de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), inclusive, mas não se limitando, perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estaduais e de Desenvolvimento;
- (b) em transações relativas aos Contratos de Promessa de Compra e Venda de

unidades imobiliárias e respectivas escrituras públicas;

- (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; e
- (d) na representação da Companhia nas Assembleias gerais de suas empresas controladas e coligadas.

Parágrafo 3º Deverá ser observada a regra do caput deste artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos.

Parágrafo 4º São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Companhia e em favor de terceiros, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como: aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso ou quaisquer outras garantias, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º Caberão aos diretores, de acordo com a competência atribuída a cada um e sem presunção de solidariedade da Companhia e dos demais administradores, a responsabilidade por todos os atos ou omissões com violação deste Estatuto Social, com infringência à lei ou por sua não observância, bem como em desrespeito a deliberações do Conselho de Administração.

Parágrafo 6º Os diretores ficam dispensados de prestar a caução prevista em lei, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado e assinado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

Conselho Fiscal

Artigo 30 O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, condicionada à subscrição do Termo de Anuência

dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 4º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 5º Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada (conforme definidos no artigo 38) de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada de concorrente.

Parágrafo 6º Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 31 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas

no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Artigo 32 O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 33 abaixo.

Parágrafo 3º A Companhia deverá, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Artigo 33 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 2º Sempre que for levantado balanço intermediário e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do parágrafo 3º deste artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de uma participação intermediária nos lucros aos Administradores.

Parágrafo 3º O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) uma parcela, por proposta dos Administradores, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;
- (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas Controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. O somatório das reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva de contingências, não poderá exceder a 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos limitados ao lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias; e
- (g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 4º Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do

exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo 5º O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo 6º Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Artigo 34 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 35 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou

semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 36 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 37 Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII

Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 38 A alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Controlador” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, entidades não personificadas, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de pessoa(s) que

atue(m) representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente, (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente, (iv) na qual o controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social, (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social, ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações de propriedade do Acionista Controlador, de pessoas a ele vinculadas, de administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Poder de Controle” (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlada”, “sob Controle comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob Controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a)

vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) a pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (y) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 2º O(s) Acionista(s) Controlador(es) Alienante(s) ou o Grupo de Acionistas Controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no Parágrafo 2º deste artigo.

Artigo 39 A oferta pública de aquisição disposta no artigo 38 também deverá ser efetivada:

- (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e
- (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 40 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de aquisição de ações, ou direito sobre elas, celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 38 deste Estatuto;
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 41 Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), pelo Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 43 deste Estatuto Social.

Artigo 42 Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Sociedade do Novo Mercado para que seus valores mobiliários passem

a ter registro para negociação fora do Novo Mercado ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Assembleia que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia. O preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 45 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único A notícia da realização da oferta pública mencionada neste artigo 42 deverá ser comunicada à B3 e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou a referida reorganização.

Artigo 43 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 1º A referida Assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 44 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto,

respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º Caso a Assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 45 Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, e deverão satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença

de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º Em qualquer hipótese, os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 46 É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 47 A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 48 Qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a (i) realizar cada nova aquisição na B3, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão; (ii) previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia a quantidade de Ações em Circulação que pretende adquirir, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações.

Parágrafo Único Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente inerentes às ações adquiridas em violação à obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 49 Não obstante os artigos 44 e 45, deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos

destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos, conforme tutelados pelo Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII

Juízo Arbitral

Artigo 50 A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único O requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Capítulo IX

Liquidação

Artigo 51 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO X

Disposições Gerais

Artigo 52 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral

ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 53 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 54 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 55 As disposições contidas no artigo 13, no artigo 15, parágrafos 1º e 3º, no Capítulo VII e no Capítulo VIII deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro nº RJ/2007-05879, protocolado na CVM em 30 de maio de 2007.

* * *

ANEXO II – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	29/12/1978	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	4
040.415.096-96	Advogada	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Comunicação e Comitê Jurídico.		Diretora Executiva Jurídica			
Eduardo Fischer Teixeira de Souza	24/09/1973	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	4
000.415.476-24	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Comunicação e Comitê Jurídico.					
Raphael Rocha Lafeté	20/02/1968	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	0
654.920.306-63	Engenheiro	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
		Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade			
Ricardo Paixão Pinto Rodrigues	04/10/1980	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	0
039.096.196-57	Engenheiro Civil	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/03/2019	Não	0.00%
Eduardo Paes Barretto	15/09/1957	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	6
006.078.718-06	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações					
Homero Aguiar Paiva	10/05/1961	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	6
566.916.456-34	Engenheiro	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações		Diretor Executivo de Produção			
Hudson Gonçalves de Andrade	14/01/1960	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	6
436.094.226-53	Engenheiro	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações		Diretor Executivo de Desenvolvimento			

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Adib Tomé Simão	02/12/1946	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	6
071.004.346-53	Engenheiro	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações		Diretor Executivo de Financiamento à Construção			
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	21/08/1970	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2019	2 anos	6
878.532.996-72	Contadora	19 - Outros Diretores	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Pessoas; Comitê de Governança e Compliance e Comitê de Comunicação.		Diretora Executiva de Administração e Desenvolvimento Humano			
Leonardo Guimarães Corrêa	30/08/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	0
275.939.836-68	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações e Comitê Jurídico					
Sinai Waisberg	05/10/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	1
006.650.106-72	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Operações					
Betania Tanure de Barros	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	1
385.001.086-49	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Pessoas e Comitê de Governança e Compliance.					
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez	19/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	6
139.359.336-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2019	Não	0.00%
Não exerce outros cargos.					
Rubens Menin Teixeira de Souza	12/03/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	6

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
315.836.606-15	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Comunicação e Comitê Jurídico.					
Antônio Kandir	02/05/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	0
146.229.631-91	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Governança e Compliance					
Sílvio Romero de Lemos Meira	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/05/2019	2 anos	0
851.577.168-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/05/2019	Não	0.00%
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza	26/12/1980	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	15/03/2019	2 anos	4
013.255.636-76	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	15/03/2019	Não	0.00%
Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Comunicação e Comitê Jurídico.					
Thiago da Costa e Silva Lott	11/10/1980	Conselho Fiscal	25/04/2019	30/04/2020	1
039.250.866-41	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	0.00%
Paulino Ferreira Leite	08/02/1948	Conselho Fiscal	25/04/2019	30/04/2020	1
056.171.206-97	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2019	Não	0.00%
Fernando Henrique da Fonseca	22/03/1940	Conselho Fiscal	25/04/2019	30/04/2020	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

199.017.396-91	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2019	Não	0.00%
----------------	------------	---	------------	-----	-------

Experiência profissional / Critérios de Independência

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96

É graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos em 2001 e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela FGV em 2003. É membro efetivo da Comissão de Advocacia Corporativa da OAB/MG. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1997, na condição de estagiária de Departamento de Cobrança. Durante este período ocupou os cargos de estagiária de Departamento Jurídico, Assistente Jurídico, Coordenadora de Departamento Jurídico, Superintendente Jurídico e Gestora Executiva Jurídica. Foi eleita para o cargo de Diretor Executivo Jurídica da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2010, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia, Diretora Executiva Jurídica, reeleita em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24

É graduado em Engenharia Civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura- FUMEC em 2000. MBA em Finanças no IBMEC MG em 2003. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1993, na condição de estagiário de Engenharia Civil, tendo adquirido larga experiência no setor imobiliário residencial. Durante este período ocupou os cargos de Engenheiro de Obras, Coordenador de Obras e de Diretor de Produção das regionais Campinas e São Paulo. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo Regional da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de março de 2010, e posteriormente, nomeado Diretor Presidente - Região II na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto. Eu, Eduardo Fischer Teixeira de Souza, Diretor Presidente - Região II, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Raphael Rocha Lafetá - 654.920.306-63

É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1993 e pós-graduado em Engenharia Financeira pela FGV em 1996. Trabalhou como consultor Interno de Qualidade na Caixa Econômica de 1989 a 1996. De 1996 a 2009 foi Sócio-diretor na Asa Incorporadora. De 2010 a 2011 trabalhou na PDG Realty, como Diretor Estatutário responsável por negociação, administração, áreas de RH, jurídico, dentre outras. De 2011 a 2012 trabalhou no Banco Intermedium como Diretor de Crédito Imobiliário. De 2013 e 2014 foi Conselheiro na AP. Ingressou na MRV em janeiro de 2014 como Diretor de Relações Institucionais. Em agosto de 2015 passou a acumular o cargo de Diretor Geral do Instituto MRV, cargos que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Raphael Rocha Lafetá, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Paixão Pinto Rodrigues - 039.096.196-57

Há mais de 11 (onze) anos na Companhia, Ricardo Paixão foi nomeado Diretor Executivo de Finanças e Relações em março de 2019. Desde de fevereiro de 2015 ocupava o cargo de Diretor de Relações com Investidores e Planejamento Financeiro, tendo atuado anteriormente como Gestor de Processos e Diretor do Centro de Serviços Compartilhados (CSC). Antes disso, trabalhou como Consultor no Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral (FDC) e atualmente cursa o General Management Program da Wharton School, da Universidade da Pensilvânia/EUA.

Eu, Ricardo Paixão Pinto Rodrigues, Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, eleito em 15 de março de 2019, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Paes Barretto - 006.078.718-06

É graduado em Administração de Empresas pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, com especialização em Administração Mercadológica e Marketing pela FGV e ESPM. Foi Diretor da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil – ADVB e Presidente da Comissão de Varejo dessa associação. É palestrante de cursos e seminários da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. Foi Diretor Operacional da Companhia Brasileira de Distribuição – Grupo Pão de Açúcar de maio de 1986 até julho de 1993. Atua no Grupo MRV desde setembro de 2000 como responsável pela política comercial, coordenação e operacionalização da venda de imóveis, pesquisas de mercado, desenvolvimento de novos negócios e estratégia corporativa. Foi eleito para o cargo de Diretor Executiva Comercial da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Eduardo Paes Barretto, Diretor Executivo Comercial, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Homero Aguiar Paiva - 566.916.456-34

É formado em Engenharia Civil na PUC - MG em 1984 e pós-graduado em Engenharia de Qualidade e Produtividade em 1991, pela Sociedade Mineira de Engenharia - MG. Tem um MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC/BH em 2000. Ingressou no Grupo MRV em 1987 como engenheiro, ascendendo a Supervisor de Engenharia em 1989. Em 1996 passou a ser Diretor Técnico e em 2004 assumiu a Diretoria de Produção. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo de Produção da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Homero Aguiar Paiva, Diretor Executivo de Produção, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Hudson Gonçalves de Andrade - 436.094.226-53

É graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy em 1993. Iniciou sua vida profissional em 1980 no Grupo MRV como Técnico de Edificações. Foi nomeado Diretor de Projetos em 2000, tendo assumido a Vice-Presidência de Desenvolvimento Imobiliário em 2005. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Hudson Gonçalves de Andrade, Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Adib Tomé Simão - 071.004.346-53

É graduado em engenharia civil em 1969 pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1972 foi professor da antiga Escola de Engenharia Kennedy, em Belo Horizonte. De 1973 a 1986, em São Paulo, foi diretor da filial da Delphos Engenharia S.A., sediada em Belo Horizonte. De 1987 a 1988, foi assessor especial do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Iniciou em 1989 seu vínculo com o Grupo MRV, nas áreas técnicas, administrativa e comercial, passando a seu diretor administrativo a partir de 1999. Foi eleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente Administrativo da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006. Em 2007 foi eleito Diretor Vice-Presidente Financeiro e em 2009 assumiu a Diretoria Executiva de Crédito Imobiliário, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, José Adib Tomé Simão, Diretor Executivo de Crédito Imobiliário, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Júnia Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72

É graduada em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão Financeira e Negócios Internacionais pela Fundação Dom Cabral, pós-graduada em Recursos Humanos e em Sistemas de Informação. Trabalhou de 1996 até janeiro de 2007 na RM Sistemas, vendida à Totvs S.A., como diretora administrativo-financeira, nas áreas administrativa, financeira e contábil, tendo sido responsável e procuradora da RM Sistemas.

Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva de Administração e Controladoria da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2007, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Júnia Maria de Sousa Lima Galvão, Diretora Executiva de Administração e Centro de Serviços Compartilhados, reeleita em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leonardo Guimarães Corrêa - 275.939.836-68

É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores, em junho de 2009, a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças, em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2013 foi eleito Diretor Executivo Financeiro da Companhia e em reunião do Conselho de Administração em 01 de dezembro de 2014 passou a acumular o cargo de Diretor Executivo de Relações com Investidores, cargos que exerce até a presente data. É membro do conselho de administração do Intermedium, banco múltiplo, membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Urbamais Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Eu, Leonardo Guimarães Corrêa, Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, reeleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sinai Waisberg - 006.650.106-72

Bacharel em Engenharia Civil (1967) pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e em Engenharia Econômica (1967) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. De 1968 a 1975, trabalhou no grupo Darcy Bessone como Diretor Técnico, Industrial e Comercial. De 1975 a 1985, atuou como Diretor Administrativo no Grupo BMG. De 1983 a 1986, trabalhou no Grupo Multiplan, como Superintendente no BH Shopping. De 1968 a 1977, foi professor assistente de Estatística na Universidade Federal de Minas Gerais e de 1968 a 1969, foi professor assistente de Engenharia Econômica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Eu, Sinai Waisberg, Conselheiro da Companhia, eleito em 28 de abril de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

Doutora em Administração – Brunel University (Inglaterra), especialista em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra), em Gestão de Pessoas pelo Insead (França) e em Gestão Empresarial pela F. Leon Bekaert (Bélgica). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, atualmente é professora do Mestrado e Doutorado em Administração da PUC Minas / FDC. Membro do Conselho de Administração da Magazine Luiza e membro do Comitê de Pessoas e Governança da GOL Linhas Aéreas. Publicou diversos artigos e livros no Brasil e no exterior. Atua na Betania Tanure Associados como consultora, em empresas nacionais e multinacionais. Foi diretora da FDC durante 15 anos, tendo sido responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais.

Eu, Betania Tanure de Barros, Conselheira da Companhia, eleita em 28 de abril de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - 139.359.336-49

Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. É graduado em direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, em 1981. É sócio fundador da Construtora Becker Cabaleiro, empresa de construção civil, em 1977 e da construtora CVG em 1986, Vice-Presidente da Câmara do Mercado Imobiliário de Belo Horizonte na relação com as construtoras e o Sindicato da Construção Civil de 1999 a 2002. É sócio fundador e membro do conselho de administração do Banco Inter, banco múltiplo, desde a sua constituição, em 1994 membro do Conselho de Administração e ex-Diretor Presidente da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008 até dezembro de 2015, e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Urbamais Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto, desde a sua constituição em 2012. Além da atuação na MRV, não possui experiência em outras empresas de capital aberto.

Eu, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, Vice-Presidente do Conselho da Companhia, reeleito em 28 de abril de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rubens Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15

Presidente do Conselho de Administração. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembléia Geral Extraordinária de 1 de junho 31 de maio de 2006, cargo que exerce até a presente data. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978, sócio-fundador do Grupo MRV em 1979 e principal executivo, hoje exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ele é também sócio-fundador do Banco Inter, um banco múltiplo, e Presidente do conselho de administração desde a constituição desta instituição, em 1994, Presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008, e Presidente do Conselho de Administração da Urbamais Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto, desde a sua constituição em 2012. Além da atuação na MRV, não possui experiência em outras empresas de capital aberto. Eu, Rubens Menin Teixeira de Souza, Presidente do Conselho da Companhia, reeleito em 28 de abril de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antônio Kandir - 146.229.631-91

Graduado em Engenharia Mecânica de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP, Mestre em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Foi Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Deputado Federal, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Governador Brasileiro no BID, Secretário Especial de Política Econômica, Presidente do IPEA, diretor da Kandir e Associados S/C Ltda. e coordenador de estudos da Itaú Planejamento e Engenharia. Trabalhou também como professor da Unicamp, da PUC/SP, Assistant Faculty Fellow na Universidade de Notre Dame (USA) e gerenciou Fundos de Investimentos. Atualmente é membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.; CPFL Energia S.A.; AEGEA Saneamento E Participações S.A.; CSU Cardsystem S.A.; Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.; Vibra Agroindustrial S.A. e Grupo FCC.

O Sr. Antonio Kandir declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977, é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É comentarista da rádio CBN, consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, redes sociais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Em 2007, a Época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos.

O Sr. Sílvio Romero de Lemos Meira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76

Diretor Presidente da Região I. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013, cargo que exerce até a presente data. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2003. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1999, na condição de estagiário de Engenharia Civil, tendo adquirido larga experiência no setor imobiliário residencial e comercial. Durante este período ocupou os cargos de Engenheiro de Obras, Coordenador de Engenharia e Diretoria Técnica. É membro do Conselho de Administração da Urbama Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto, desde a sua constituição em 2012. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo Regional da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de março de 2010, e posteriormente, nomeado eleito Diretor Presidente da Região I na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, cargo que exerce até a presente data. Além da atuação na MRV, não possui experiência em outras empresas de capital aberto. Eu, Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza, Membro do Conselho da Companhia, reeleito em 28 de abril de 2017, e Diretor Presidente da Região I, eleito em 20 de março de 2017, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago da Costa e Silva Lott - 039.250.866-41

Advogado inscrito na OAB/MG sob o número 101.330. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016), pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral (início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott, Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível, societário e empresarial.

Eu, Thiago da Costa e Silva Lott, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulino Ferreira Leite - 056.171.206-97

Administrador e técnico em contabilidade. Possui diversos cursos de pós-graduação em sua área de atuação e MBA em Controladoria, Auditoria e Tributos - Fundação Getúlio Vargas, com extensão na Ohio University (2001 - 2002). Destaque para sua experiência profissional como Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais (1966-1974), Auditor da Arthur Andersen (1974-1978), Secretário da Fazenda da Prefeitura de Bom Despacho (1989 - 1990), Controller. Eu, Paulino Ferreira Leite, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fernando Henrique da Fonseca - 199.017.396-91

Fernando Henrique da Fonseca. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembléia Geral de 5 de outubro de 2006. É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, com especialização nas áreas Financeira, Econômica e de Negócios. É diretor-Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), desde setembro de 2001. Totaliza 42 anos de experiência na área financeira em empresas públicas e privadas, tendo exercido os seguintes cargos: Presidente do Intermedium, um banco múltiplo, e da financeira Credicon de 1994 a 2001; Presidente do Banco Agrimisa de 1988 a 1993, Vice-Presidente do Banco BEMGE de 1987 a 1988; Diretor Executivo do Conselho de Política Financeira do Estado de Minas Gerais de 1983 a 1985; Gerente Regional, de Planejamento de Vendas, de Exportação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira de 1967 a 1975. Além da MRV, durante a vida profissional, trabalhou para mais três empresas de capital aberto, conforme segue: como Gerente Regional, de Planejamento de Vendas, de Exportação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira de 1967 a 1975, como Vice-Presidente do Banco BEMGE de 1987 a 1988, e como Presidente do Banco Agrimisa de 1988 a 1993. Eu, Fernando Henrique da Fonseca, Conselheiro da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96 N/A	
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24 N/A	
Raphael Rocha Lafetá - 654.920.306-63 N/A	
Ricardo Paixão Pinto Rodrigues - 039.096.196-57 N/A	
Eduardo Paes Barretto - 006.078.718-06 N/A	
Homero Aguiar Paiva - 566.916.456-34 N/A	
Hudson Gonçalves de Andrade - 436.094.226-53 N/A	
José Adib Tomé Simão - 071.004.346-53 N/A	
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 N/A	
Leonardo Guimarães Corrêa - 275.939.836-68 N/A	
Sinai Waisberg - 006.650.106-72 N/A	
Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49 N/A	
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - 139.359.336-49 N/A	

Rubens Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15 N/A
Antônio Kandir - 146.229.631-91 N/A
Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34 N/A
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 N/A
Thiago da Costa e Silva Lott - 039.250.866-41 N/A
Paulino Ferreira Leite - 056.171.206-97 N/A
Fernando Henrique da Fonseca - 199.017.396-91 N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antônio Kandir	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/1953	09/11/2018	29/06/2020
146.229.631-91	Comitê de Governança e Compliance	Engenheiro Mecânico		09/11/2018	0	0.00%
Membro Efetivo do Conselho de Administração						
Betania Tanure de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/04/1961	29/06/2018	2 anos
385.001.086-49	Comitê de Governança e Compliance	Administradora		29/06/2018	0	0.00%
Conselho de Administração e Comitê de Pessoas.						
Betania Tanure de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/04/1961	29/06/2018	2 anos
385.001.086-49	Comitê de Pessoas	Administradora		29/06/2018	0	0.00%
Conselho de Administração e Comitê de Governança e Compliance.						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/09/1973	29/06/2018	2 anos
000.415.476-24	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região II; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações e Comitê Jurídico.						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/09/1973	25/10/2019	2 anos
000.415.476-24	Comitê Jurídico	Engenheiro		25/10/2019	2	0.00%
Diretor Presidente Região II; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações e Comitê Jurídico.						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/09/1973	29/06/2018	2 anos
000.415.476-24	Comitê de Governança e Compliance	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região II; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações e Comitê Jurídico.						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/09/1973	29/06/2018	2 anos
000.415.476-24	Comitê de Pessoas	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região II; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Pessoas, Comitê de Operações e Comitê Jurídico.						
Eduardo Paes Barretto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/09/1957	29/06/2018	2 anos
006.078.718-06	Comitê de Operações	Administrador		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Executivo Comercial						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Guilherme Silva Freitas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/06/1979	25/10/2019	2 anos
013.404.466-50	Comitê Jurídico	Advogado		25/10/2019	0	0.00%
Diretor Jurídico						
Homero Aguiar Paiva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/1961	29/06/2018	2 anos
566.916.456-34	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Executivo de Produção						
Hudson Gonçalves de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/1960	29/06/2018	2 anos
436.094.226-53	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário						
José Adib Tomé Simão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/12/1946	29/06/2018	2 anos
071.004.346-53	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Executivo de Crédito Imobiliário						
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/08/1970	29/06/2018	2 anos
878.532.996-72	Comitê de Pessoas	Contadora		29/06/2018	0	0.00%
Diretora Executiva de Administração e CSC; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/08/1970	29/06/2018	2 anos
878.532.996-72	Comitê de Governança e Compliance	Contadora		29/06/2018	0	0.00%
Diretora Executiva de Administração e CSC; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/08/1970	25/10/2019	2 anos
878.532.996-72	Comitê de Inovação	Contadora		25/10/2019	0	0.00%
Diretora Executiva de Administração e CSC; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Leonardo Guimarães Corrêa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1958	29/06/2018	2 anos
275.939.836-68	Comitê de Operações	Economista		29/06/2018	0	0.00%
Vice-presidente do conselho de administração.						
Marcos de Aguiar Morgado Horta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/10/1972	29/06/2018	2 anos
017.110.397-13	Comitê de Pessoas	Administrador		29/06/2018	0	0.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Diretor Administrativo-Financeiro e RH						
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1978	29/06/2018	2 anos
040.415.096-96	Comitê de Pessoas	Advogada		29/06/2018	0	0.00%
Diretora Executiva Jurídica; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de		Pessoas e Comitê Jurídico.				
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1978	29/06/2018	2 anos
040.415.096-96	Comitê de Governança e Compliance	Advogada		29/06/2018	0	0.00%
Diretora Executiva Jurídica; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de		Pessoas e Comitê Jurídico.				
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1978	25/10/2019	2 anos
040.415.096-96	Comitê Jurídico	Advogada		25/10/2019	2	0.00%
Diretora Executiva Jurídica; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de		Pessoas e Comitê Jurídico.				
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza Outros Comitês			Membro do Comitê (Efetivo)	26/12/1980	29/06/2018	2 anos
013.255.636-76	Comitê de Pessoas	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região I; Conselho de Administração; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Operações, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza Outros Comitês			Membro do Comitê (Efetivo)	26/12/1980	29/06/2018	2 anos
013.255.636-76	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região I; Conselho de Administração; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Operações, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza Outros Comitês			Membro do Comitê (Efetivo)	26/12/1980	25/10/2019	2 anos
013.255.636-76	Comitê de Inovação	Engenheiro		25/10/2019	0	0.00%
Diretor Presidente Região I; Conselho de Administração; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Operações, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza			Membro do Comitê (Efetivo)	26/12/1980	29/06/2018	2 anos
013.255.636-76	Comitê de Governança e Compliance	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Diretor Presidente Região I; Conselho de Administração; Comitê de Governança e Compliance, Comitê de Operações, Comitê de Inovação e Comitê de Pessoas.						
Raphael Rocha Lafetá	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/1968	25/10/2019	2 anos

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
654.920.306-63	Comitê de Jurídico	Engenheiro		25/10/2019	2	0.00%
Diretor Executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade; Comitê Jurídico.						
Rodrigo Martins de Resende	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/1981	29/06/2018	2 anos
051.433.646-39	Comitê de Operações	Engenheiro de Produção		29/06/2018	0	0.00%
Diretor de Marketing; Comitê de Inovação e Comitê de Operações.						
Rodrigo Martins de Resende	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/1981	25/10/2019	2 anos
051.433.646-39	Comitê de Inovação	Engenheiro de Produção		25/10/2019	0	0.00%
Diretor de Marketing; Comitê de Operações e Comitê de Inovação.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Presidente do Comitê	12/03/1956	29/06/2018	2 anos
315.836.606-15	Comitê de Governança e Compliance	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração; Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Governança e Compliance, Comitê Jurídico e Comitê de Inovação.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Presidente do Comitê	12/03/1956	29/06/2018	2 anos
315.836.606-15	Comitê de Pessoas	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração; Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Governança e Compliance, Comitê Jurídico e Comitê de Inovação.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Presidente do Comitê	12/03/1956	29/06/2018	2 anos
315.836.606-15	Comitê de Operações	Engenheiro		29/06/2018	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração; Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Governança e Compliance, Comitê Jurídico e Comitê de Inovação.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Presidente do Comitê	12/03/1956	25/10/2019	2 anos
315.836.606-15	Comitê de Inovação	Engenheiro		25/10/2019	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração; Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Governança e Compliance, Comitê Jurídico e Comitê de Inovação.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Presidente do Comitê	12/03/1956	25/10/2019	2 anos
315.836.606-15	Comitê Jurídico	Engenheiro		25/10/2019	2	0.00%
Presidente do Conselho de Administração; Comitê de Pessoas, Comitê de Operações, Comitê de Governança e Compliance, Comitê Jurídico e Comitê de Inovação.						
Sílvio Romero de Lemos Meira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1955	25/10/2019	2 anos
851.577.168-34	Comitê de Inovação	Engenheiro		25/10/2019	0	0.00%
Membro do conselho de administração.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Sinai Waisberg	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/10/1942	29/06/2018	2 anos
006.650.106-72	Comitê de Operações	Engenheiro Civil		29/06/2018	0	0.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Antônio Kandir - 146.229.631-91						
Graduado em Engenharia Mecânica de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP, Mestre em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Foi Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Deputado Federal, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Governador Brasileiro no BID, Secretário Especial de Política Econômica, Presidente do IPEA, diretor da Kandir e Associados S/C Ltda. e coordenador de estudos da Itaú Planejamento e Engenharia. Trabalhou também como professor da Unicamp, da PUC/SP, Assistant Faculty Fellow na Universidade de Notre Dame (USA) e gerenciou Fundos de Investimentos. Atualmente é membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.; CPFL Energia S.A.; AEGEA Saneamento E Participações S.A.; CSU Cardsystem S.A.; Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.; Vibra Agroindustrial S.A. e Grupo FCC.						
Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49 Betania						
Tanure de Barros - 385.001.086-49						
Doutora em Administração – Brunel University (Inglaterra), especialista em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra), em Gestão de Pessoas pelo Insead (França) e em Gestão Empresarial pela F. Leon Bekaert (Bélgica). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, atualmente é professora do Mestrado e Doutorado em Administração da PUC Minas / FDC. Membro do Conselho de Administração da Magazine Luiza e membro do Comitê de Pessoas e Governança da GOL Linhas Aéreas. Publicou diversos artigos e livros no Brasil e no exterior. Atua na Betania Tanure Associados como consultora, em empresas nacionais e multinacionais. Foi diretora da FDC durante 15 anos, tendo sido responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais.						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24						
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24						
É graduado em Engenharia Civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura- FUMEC em 2000. MBA em Finanças no IBMEC MG em 2003. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1993, na condição de estagiário de Engenharia Civil, tendo adquirido larga experiência no setor imobiliário residencial. Durante este período ocupou os cargos de Engenheiro de Obras, Coordenador de Obras e de Diretor de Produção das regionais Campinas e São Paulo. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo Regional da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de março de 2010, e posteriormente, nomeado Diretor Presidente - Região II na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.						
Eduardo Paes Barretto - 006.078.718-06						
É graduado em Administração de Empresas pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, com especialização em Administração Mercadológica e Marketing pela FGV e ESPM. Foi Diretor da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil – ADVB e Presidente da Comissão de Varejo dessa associação. É palestrante de cursos e seminários da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. Foi Diretor Operacional da Companhia Brasileira de Distribuição – Grupo Pão de Açúcar de maio de 1986 até julho de 1993. Atua no Grupo MRV desde setembro de 2000 como responsável pela política comercial, coordenação e operacionalização da venda de imóveis, pesquisas de mercado, desenvolvimento de novos negócios e estratégia corporativa. Foi eleito para o cargo de Diretor Executiva Comercial da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.						

Guilherme Silva Freitas - 013.404.466-50

Bacharel em Direito pela Universidade FUMEC, pós-graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e com especialização em Contratos Internacionais pela ICC – International Chamber of Commerce (Paris).

Homero Aguiar Paiva - 566.916.456-34

É formado em Engenharia Civil na PUC - MG em 1984 e pós-graduado em Engenharia de Qualidade e Produtividade em 1991, pela Sociedade Mineira de Engenharia - MG. Tem um MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC/BH em 2000. Ingressou no Grupo MRV em 1987 como engenheiro, ascendendo a Supervisor de Engenharia em 1989. Em 1996 passou a ser Diretor Técnico e em 2004 assumiu a Diretoria de Produção. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo de Produção da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Hudson Gonçalves de Andrade - 436.094.226-53

É graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy em 1993. Iniciou sua vida profissional em 1980 no Grupo MRV como Técnico de Edificações. Foi nomeado Diretor de Projetos em 2000, tendo assumido a Vice-Presidência de Desenvolvimento Imobiliário em 2005. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo de Desenvolvimento Imobiliário da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

José Adib Tomé Simão - 071.004.346-53

É graduado em engenharia civil em 1969 pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1972 foi professor da antiga Escola de Engenharia Kennedy, em Belo Horizonte. De 1973 a 1986, em São Paulo, foi diretor da filial da Delphos Engenharia S.A., sediada em Belo Horizonte. De 1987 a 1988, foi assessor especial do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Iniciou em 1989 seu vínculo com o Grupo MRV, nas áreas técnicas, administrativa e comercial, passando a seu diretor administrativo a partir de 1999. Foi eleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente Administrativo da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2006. Em 2007 foi eleito Diretor Vice-Presidente Financeiro e em 2009 assumiu a Diretoria Executiva de Crédito Imobiliário, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Júnia Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 Júnia

Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 Júnia Maria

de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72

É graduada em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão Financeira e Negócios Internacionais pela Fundação Dom Cabral, pós-graduada em Recursos Humanos e em Sistemas de Informação. Trabalhou de 1996 até janeiro de 2007 na RM Sistemas, vendida à Totvs S.A., como diretora administrativo-financeira, nas áreas administrativa, financeira e contábil, tendo sido responsável e procuradora da RM Sistemas. Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva de Administração e Controladoria da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2007, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Leonardo Guimarães Corrêa - 275.939.836-68

É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores, em junho de 2009, a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças, em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2013 foi eleito Diretor Executivo Financeiro da Companhia e em reunião do Conselho de Administração em 01 de dezembro de 2014 passou a acumular o cargo de Diretor Executivo de Relações com Investidores, cargos que exerce até a presente data. É membro do conselho de administração do Intermedium, banco múltiplo, membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Urbamais Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Marcos de Aguiar Morgado Horta - 017.110.397-13

Mestre em Administração (FEAD), MBA em Gestão Empresarial (FDC) e Administrador pela PUC/MG. Diretor de Serviços Especializados e RH da MRV Engenharia, desde 2009. Com 26 anos de experiência na área, atuou como Gerente Executivo do Grupo Oi/Telemar na área de Finanças e Orçamento, Controller da VLi; Controller da Butler Manufacturing Co, Controller da PepsiCo e Auditor da PwC e Banco Credireal.

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96 Maria

Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96

É graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos em 2001 e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela FGV em 2003. É membro efetivo da Comissão de Advocacia Corporativa da OAB/MG. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1997, na condição de estagiária de Departamento de Cobrança. Durante este período ocupou os cargos de estagiária de Departamento Jurídico, Assistente Jurídico, Coordenadora de Departamento Jurídico, Superintendente Jurídico e Gestora Executiva Jurídica. Foi eleita para o cargo de Diretor Executivo Jurídica da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2010, cargo que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76

Diretor Presidente da Região I. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013, cargo que exerce até a presente data. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2003. Ingressou na MRV Serviços de Engenharia Ltda. em 1999, na condição de estagiário de Engenharia Civil, tendo adquirido larga experiência no setor imobiliário residencial e comercial. Durante este período ocupou os cargos de Engenheiro de Obras, Coordenador de Engenharia e Diretoria Técnica. É membro do Conselho de Administração da Urbama Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto, desde a sua constituição em 2012. Foi eleito para o cargo de Diretor Executivo Regional da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de março de 2010, e posteriormente, nomeado eleito Diretor Presidente da Região I na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, cargo que exerce até a presente data. Além da atuação na MRV, não possui experiência em outras empresas de capital aberto.

Raphael Rocha Lafetá - 654.920.306-63

É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1993 e pós-graduado em Engenharia Financeira pela FGV em 1996. Trabalhou como consultor Interno de Qualidade na Caixa Econômica de 1989 a 1996. De 1996 a 2009 foi Sócio-diretor na Asa Incorporadora. De 2010 a 2011 trabalhou na PDG Realty, como Diretor Estatutário responsável por negociação, administração, áreas de RH, jurídico, dentre outras. De 2011 a 2012 trabalhou no Banco Intermedium como Diretor de Crédito Imobiliário. De 2013 e 2014 foi Conselheiro na AP. Ingressou na MRV em janeiro de 2014 como Diretor de Relações Institucionais. Em agosto de 2015 passou a acumular o cargo de Diretor Geral do Instituto MRV, cargos que exerce até a presente data. Além da MRV, não atuou em outras empresas de capital aberto.

Rodrigo Martins de Resende - 051.433.646-39 Rodrigo

Martins de Resende - 051.433.646-39

Graduado em engenharia de produção pela Universidade Federal de Minas Gerais e MBA em gestão com especialização em marketing pelo IBMEC. Ingressou na área comercial da MRV em 2003, sendo responsável pelo desenvolvimento da estratégia de vendas online da companhia, assumindo a direção da área de marketing em 2010. Em 2011 assumiu também a diretoria comercial de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2013 acumulou também a diretoria comercial do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, DF e Goiás. Mais recentemente, em 2017, acumulou também a área de comunicação da companhia, sendo responsável pela comunicação interna, assessoria de imprensa.

Rubens Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens

Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15

Presidente do Conselho de Administração. Foi eleito membro do Conselho da Administração da MRV em Assembléia Geral Extraordinária de 1 de junho 31 de maio de 2006, cargo que exerce até a presente data. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978, sócio-fundador do Grupo MRV em 1979 e principal executivo, hoje exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ele é também sócio-fundador do Banco Inter, um banco múltiplo, e Presidente do conselho de administração desde a constituição desta instituição, em 1994, Presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008, e Presidente do Conselho de Administração da Urbama Properties e Participações S.A., cujo objetivo é desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto, desde a sua constituição em 2012. Além da atuação na MRV, não possui experiência em outras empresas de capital aberto.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977, é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É comentarista da rádio CBN, consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, redes sociais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Em 2007, a Época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos.

Sinai Waisberg - 006.650.106-72

Bacharel em Engenharia Civil (1967) pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e em Engenharia Econômica (1967) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. De 1968 a 1975, trabalhou no grupo Darcy Bessone como Diretor Técnico, Industrial e Comercial. De 1975 a 1985, atuou como Diretor Administrativo no Grupo BMG. De 1983 a 1986, trabalhou no Grupo Multiplan, como Superintendente no BH Shopping. De 1968 a 1977, foi professor assistente de Estatística na Universidade Federal de Minas Gerais e de 1968 a 1969, foi professor assistente de Engenharia Econômica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antônio Kandir - 146.229.631-91 N/A	
Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49	
Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49 N/A	
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24	
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24	
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24	
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - 000.415.476-24 N/A	
Eduardo Paes Barretto - 006.078.718-06 N/A	
Guilherme Silva Freitas - 013.404.466-50 N/A	
Homero Aguiar Paiva - 566.916.456-34 N/A	
Hudson Gonçalves de Andrade - 436.094.226-53 N/A	
José Adib Tomé Simão - 071.004.346-53 N/A	
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 Júnia	
Maria de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 Júnia Maria	
de Sousa Lima Galvão - 878.532.996-72 N/A	
Leonardo Guimarães Corrêa - 275.939.836-68	

N/A

Marcos de Aguiar Morgado Horta - 017.110.397-13 N/A

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96 Maria

Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96 Maria Fernanda

Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - 040.415.096-96 N/A

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 Rafael

Nazareth Menin Teixeira de Souza - 013.255.636-76 N/A

Raphael Rocha Lafetá - 654.920.306-63 N/A

Rodrigo Martins de Resende - 051.433.646-39

Rodrigo Martins de Resende - 051.433.646-39 N/A

Rubens Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens

Menin Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15 Rubens Menin

Teixeira de Souza - 315.836.606-15 N/A

Silvio Romero de Lemos Meira - 851 577 168-34 N/A

Sinai Waisberg - 006.650.106-72 N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.255.636-76	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	
Conselheiro e Diretor Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	040.415.096-96	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	
Diretora Executiva Jurídica				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza
Diretor Presidente

013.255.636-76

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.
Membro do Conselho de Administração.

10.571.175/0001-02

Observação

Administrador do Emissor

Rubens Menin Teixeira de Souza
Presidente do Conselho de Administração.

315.836.606-15

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.
Presidente do Conselho de Administração.

10.571.175/0001-02

Observação

Administrador do Emissor

Leonardo Guimarães Corrêa
Vice presidente do Conselho de Administração

275.939.836-68

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.
Membro do Conselho de Administração

10.571.175/0001-02

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez Membro do Conselho de Administração	139.359.336-49	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. Membro do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia Diretora Executiva Jurídica	040.415.096-96	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. Membro do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2016

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Menin Teixeira de Souza Presidente do Conselho de Administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. Presidente do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.255.636-76	Controle	Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.	10.571.175/0001-02		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Controle	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.	10.571.175/0001-02		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez	139.359.336-49	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.	10.571.175/0001-02		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	040.415.096-96	Controle	Controlador Indireto
Diretora Executiva Jurídica			
Pessoa Relacionada			
URBAMAIS PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.	10.571.175/0001-02		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			